

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

EDUCACIÓN INCLUSIVA

Educação para a convivência na diversidade

¹ Anizia Costa Zych

1. RESUMO

¹Doutora em Educação pela UNICAMP, Docente do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO/Irati-PR. / Universidade Estadual do Centro Oeste - **Campus Universitário de Irati – Setor de Humanas, Letras e Artes**, Departamento de Pedagogia - DEPED - Fone (42) 3421-3024, PR 153 – KM 7 – Bairro Riozinho CEP 84500-000 – Irati - PR.

UNICENTRO/I-Brasil: azych@irati.unicentro.br

O presente estudo propõe-se a discutir e aprofundar reflexões concernentes à ressignificação das relações, a partir da educação voltada para a construção da cidadania, fundamentada numa prática social coerente com os valores éticos e políticos que justificam a tendência da educação inclusiva. Tanto a escola quanto seus educadores precisam investir em projetos coerentes com o perfil do novo alunado. A elaboração de propostas alternativas, capazes de intervir na práxis para a diversidade, torna-se uma exigência, a concretizar-se. A partir do exposto, o estudo estará respaldado em autores estudiosos do tema como: González (2002), Mantoan (2006), Perrenoud (2001), Sacristán e Gómez (2000), Stainback & Stainback (1999), entre outros. É a partir da complexidade multicultural, decorrente da democratização do espaço escolar que a efetivação de mudanças paradigmáticas passam a exigir uma nova postura relacional da própria escola. Diante disso, a instituição escolar precisa intervir no processo educativo, priorizando a humanização do conhecimento, tornando-o acessível a todos os educandos que devem ter reconhecidas e respeitadas suas diferenças para que de forma plena, possam acessar às experiências de aprendizagem. A escola inclusiva conclama seus educadores para a consolidação de um modelo de instituição escolar que priorize a educação de qualidade, com propostas voltadas ao reconhecimento das potencialidades da população escolar, considerando suas diferenças a fim de que participem integral e plenamente do processo educativo. Pretende-se que o trabalho contribua para maior compreensão dos compromissos que desafiam a escola e a sociedade na nova tendência educacional, bem como, a necessidade da mobilização de esforços no sentido de legitimar proposições articuladas ao processo de inclusão.

Palabras-Clave: Educación, Escuela, Inclusión, Valores, Diversidade.

2. INTRODUÇÃO

Através do presente trabalho, pretende-se aprofundar reflexões sobre os debates concernentes às interfaces da educação inclusiva considerando as contribuições da advindas da diversidade cultural, sob a articulação da multiculturalidade, a qual fica exposta a instituição escolar, diante das adversidades que emergem do movimento da tendência educacional inclusivista.

Assim, conjugada à interatividade sociocultural, a inclusão evolui, ancorada em ações justificadas pela alteridade relacional que se promove às pessoas com necessidades educacionais especiais, na sociedade. Neste sentido, torna-se emergente, a conjugação de esforços para investigação da importância da educação inclusiva, como valor imprescindível no sentido de promover a formação, crescimento e desenvolvimento humano a todos os cidadãos.

O gerenciamento de uma política educacional voltada à diversidade, considerando as referências à igualdade de direitos e sua relação com as condições de autonomia, independência e emancipação pessoal, constituem-se arraigados parâmetros norteadores de ações da sociedade que deseja investir na formação de homens capazes de planificar seu desenvolvimento pessoal, engajado interessadamente no exercício da cidadania participativa. O respeito, a justiça, a solidariedade constituem a base para a efetivação de uma vivência humana articulada por um diálogo de atenção à diversidade.

A situação do mundo atual exige do homem uma atitude relacional de engajamento, eticamente qualificada, com condições capazes de marcar uma existência centrada na atividade, valorizando a liberação emancipatória de seus talentos, oportunizando a

construção de um modelo de sociedade democrática e participativa. Para que isso ocorra, há emergência de superação de paradigmas até então vigentes e que, de forma explícita têm fragmentado as relações interpessoais, tornando excludente do interior da escola, pela rigidez dos princípios institucionais, uma significativa parcela da população que diferencia-se pela especificidade de suas características.

A ação humana é o resultado de relações sociais culturalmente estabelecidas no contexto interacional, podendo ser decorrentes de aproximações voluntárias ou circunstanciais. Portanto, o interagir tem uma história que não pode ser desconsiderada, uma vez que seus conteúdos repercutem na vida do homem, causando reflexos na estruturação de sua personalidade, interferindo em toda a sua existência, com as marcas impregnadas no decorrer de sua história de vida.

Segundo Segal, (2000, p.132)

As representações sociais nascem no curso das variadas transformações que geram novos conteúdos. Durante estas metamorfoses, as coisas não apenas se modificam, são também vistas de um ponto mais claro. As pessoas tornam-se receptivas a manifestações que anteriormente lhes haviam escapado. Todas as coisas que nos tocam no mundo a nossa volta são tanto o efeito de nossas representações como as causas dessas representações.

As representações subjacentes ao processo da historicidade do sujeito, exercem interferências de referência a sua personalidade, de acordo com a qualidade das interações com outros sujeitos, na explicitação de suas experiências, e/ou vivências conjugadas às oportunidades que lhe são concedidas. Há desta forma, estreita relação entre seu discurso e a realidade das intervenções a que se encontra submetido.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999), é precisamente campo da educação que hoje se trava talvez uma das batalhas mais decisivas em torno do significado. Estão em jogo, nesta luta, os significados do social, do humano, do político, do econômico, do cultural e naquilo que nos concerne o educativo. Nessa luta, a educação é um campo de batalha estratégico. A educação não é apenas um dos significados que estão sendo redefinidos: ela é o confronto dos diferentes significados.

Na prática social a significação implica no processo de focar o retorno daquilo que foi reprimido e, que ressurgiu de modo irreverente no confronto das idéias, para poder ser ressignificado, através da interpelação em um contexto inovador.

Sobejamente hierarquizante, tal qual a estrutura da sociedade, a escola têm se mostrado rígida e lenta em relação à perceptividade das reais necessidades de seu alunado, no que se refere a questões essenciais da diversidade. Desta forma tem modelado o contingente que lhe tem acesso, imprimindo a cultura da homogeneidade, que de forma instigante vem contribuindo com a rejeição à heterogeneidade, sem a mínima preocupação de combater o preconceito.

A idéia da manutenção de uma escola fecundada na homogeneidade vem arrastando o estigma do preconceito com a que foi impregnada sendo conivente com a discriminação. Compactuar com a situação significa negar às crianças rotuladas com a designação de “necessidades especiais”, o direito de conviver com a liberdade de aprender renegando-lhes a possibilidade de ativar seus talentos.

Esta visão equivocada, erroneamente construída socioculturalmente por uma ideologia que privilegia a igualdade em detrimento do direito à diferença, torna a instituição escolar estigmatizada e excludente. Portanto, a instituição escolar tem grande responsabilidade sobre a situação, pois, o desrespeito às origens socioculturais do

aluno, que na escola recebe dos colegas tratamento inadequado e/ou discriminatório, ali permanecendo, alienado, sem contar com a atenção do professor ou, a necessária interferência da escola.

Reverter tal estado implica na remoção dos obstáculos que se interpõem na superação efetiva da marca turbulenta das adversidades, fundamentada na interatividade e convivência de um contexto desafiador, mediado por paradigmas inovadores. Desta forma, a intermediação do conhecimento favorece a oportunidade de dialogar significativamente com as diferenças e/ou desigualdades. Todo alunado, bem como todo o contingente escolar, precisa ser orientado para a compreensão de que todas as pessoas merecem respeito, precisam ser bem tratadas para sentirem-se com liberdade de se comunicar e interagir integralmente no ambiente escolar.

Stainback & Stainback (1999, p. 64-65), explicitam:

A educação acontece no contato com os outros, e as potencialidades e as falibilidades das pessoas moldam a extensão e a textura do crescimento de cada um de nós. O ensino oferece mais recursos para a educação na medida em que os adultos e alunos colaboram para construir uma comunidade consciente, que sustente o trabalho da escola.

É preciso acreditar nos ganhos que estarão privilegiando escola, família e sociedade, com o estabelecimento de parcerias efetivas, empenhadas na busca de descobertas, favorecedoras da melhoria de intervenções para a evolução e desenvolvimento das relações, tornando-as, menos conflituosas e substancialmente, mais propositivas. À família compete colaborar de forma contínua e interessada, para que os avanços tornem-se promissores e alavancados pela realidade do próprio aluno, além de reforçar os vínculos entre as instituições: família/escola/sociedade, como um elo alimentador das decisões a serem tomadas.

A aceitação do outro parece ser um dos, ou talvez até, o primeiro desafio que o ser humano tem a enfrentar, já a partir de sua concepção. Trata-se de uma tarefa complexa, instigante e requer além da oportunidade do estabelecimento de vínculos, motivação e estímulo para prosseguir com o relacionamento. Daí, a importância da boa convivência desenvolver-se sob o domínio das regras de sociabilidade que certamente, conduz ao aprimoramento do exercício da cidadania, através da elevação do caráter das relações interpessoais.

Assim sendo, a escola deve investir esforços no sentido de oportunizar relacionamentos qualificados a seus alunos, numa dinâmica interacional construtiva, motivadora, mas, acima de tudo, desejada. Para que isso realmente aconteça, deverá aproximar-se da realidade da criança, como fundamento para poder melhor organizar suas ações tendo a convicção de bem agir. É preciso gerar condições concretas para a realização de projetos conjuntos entre a criança e a escola.

O período em que a criança realiza seus estudos, constitui-se na fase de maior representatividade de sua vida, povoada de muitos fatos inéditos e, significativos, que farão parte de sua historicidade, de uma forma sem precedentes, tal a força da repercussão dos fatos que se constroem no espaço escolar.

A escola deve fazer parte do imaginário da criança e, assim como, a criança precisa sonhar com a escola, esta tem o compromisso de mostrar-se atrativa para a criança, estabelecendo com a mesma uma cumplicidade ímpar, com suas realizações

contextualizadas e com sentido social, enfocando a ludicidade, organizando o ambiente de modo a oferecer significado na relação com a criança, tornando-se o local onde a mesma tenha participação e/ou vida social.

O contexto educacional é o espaço de importante vivência do educando, representa um especial período; fase em que ocorre uma das mais criativas e surpreendentes facetas de sua existência. Apropriar-se dos acontecimentos, participar dos acontecimentos, torna-se fundamental, uma vez que ao atuar integralmente do movimento do cotidiano escolar, estará assimilando subsídios fortalecedores à formação da cidadania. Desta forma, procurando estimular as suas habilidades bem como as capacidades, a escola poderá incitar a apropriação de uma conduta adequada, com a incorporação de atitudes permanentes a serem integradas a vivência social do aluno, com o objetivo de reflexão referente aos desafios da prática social, tornando-o apto a manifestar e, a aceitar opiniões. A troca de opiniões, assim como a crítica, é um mecanismo fortalecedor do caráter.

É preciso compreender que a escola tem uma função comunicativa e para que se cumpra essa formalidade é preciso eleger o aluno como sujeito prioritário da sua atenção e como tal, deve estar vinculado a sua intencionalidade. Assim, mobilizando os interesses e as idiosincrasias da criança, estará a instituição escolar, resgatando o verdadeiro sentido da vida acadêmica.

A interação é uma premente necessidade para o decurso dos estudos, constitui-se num dos recursos essenciais para o desenvolvimento favorável da vida interior, para o auto-conhecimento e, para ampliar as expectativas fortalecedoras das aspirações.

Somente a solidariedade pode complementar o sentido existencial do homem, pois é através dela, que cada pessoa se torna verdadeiramente humana. A vida do homem, onde inexiste a alteridade, torna-se sem sentido, uma vez que é dela que se origina a vitalidade capaz de promover tanto a elevação como a vinculação à vida.

Diante do exposto, a interação constitui-se no fator que atribui sentido e referência à existência humana. Em todas as épocas e nas mais diversas situações, cada pessoa poderá encontrar maiores motivações para a realização pessoal, se estiver fortalecida pela composição de um contexto humanitário.

3. REFERÊNCIA À INCLUSÃO

Desde que surgiu no ambiente educacional, o termo inclusão pela complexidade de suas implicações, tem sido objeto de polêmica causando sérias discussões. Porém, mesmo causando diferenciadas reações, compreende-se que inclusão escolar, indica ou prevê um modelo diferente de escola, aberta à diversidade.

A proposta da educação inclusiva, nestas últimas décadas, tem provocado significativas mudanças na mente e nos sentimentos dos cidadãos, especialmente os estudiosos da causa, que manifestam a fantástica experiência de se insurgir nas diferentes dimensões da existência individual e social, de pessoas com características muito peculiares.

Conforme Mantoam (2006), em razão dos novos paradigmas introduzidos pela inclusão, todos têm a ganhar, uma vez que a inclusão constitui-se no privilégio de conviver com as diferenças e, as diferenças enriquecem a existência. Também a escola tem muito a ganhar com esta inovação, pois, deixa agora de oferecer um

ensino massificado e, passa a tomar conhecimento da existência da diversidade de seu alunado.

Dentre as trocas que se consolidam, com as novas amizades, é na escola que os relacionamentos se intensificam, pois ao encontrar-se cotidianamente com os colegas, são fortalecidos os vínculos relacionais, pela assiduidade com que os contatos se efetivam. É também ocasião para a criança, diferente ou não, adquirir segurança, auto-afirmação, auto-estima e superação dos dilemas que possivelmente decorrem das novas relações.

A partir das relações decorrentes na escola, os alunos com necessidades educacionais especiais, estarão apropriando-se de valores e concepções e, certamente também estarão interferindo para novas aquisições comportamentais de seus colegas, contribuindo ainda, para a modificação das concepções até então mantidas erroneamente pelos mesmos, por falta de vivência com esta realidade. Este apoio, oriundo do contexto educativo, traduz-se num significativo e benéfico instrumento de promoção sócio-cultural, capaz de modificar o futuro destas crianças, considerando as novas expectativas que se irradiam da aceitação social.

Segundo a Lei 9394//96, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser atendidas preferencialmente na rede regular de ensino. Com a presença deste grupo em seus domínios, a instituição escolar obrigatoriamente tende a modificar-se para poder adequar-se ao atendimento de todos os alunos. O encaminhamento da aprendizagem, fundamentada numa convivência democrática, plenificada pela ruptura dos preconceitos, reconhece e legitima o direito do aluno à diferença, como condição inerente à construção da própria identidade. Com tal comportamento, estará então a escola, respeitando a singularidade, assumindo a responsabilidade da descoberta de novas habilidades para ampliar a qualidade do ensino, pautada nos valores da dignidade humana de seu alunado, ele sendo ou não diferente.

Cabe à escola integrar um processo de continuidade inovadora, tornando-se capacitada à melhoria da formação discente, buscando dar melhores respostas à sociedade no sentido de estabelecer parcerias com os diferentes segmentos constitutivos deste universo. Ao desafio imposto pela educação inclusiva, compete, portanto, à escola responder favoravelmente, procurando instrumentalizar-se coletivamente; provocando incentivo à mudança, baseada na reflexão crítica de sua própria função.

Assim, estará sendo construído um projeto de escola, voltado à inclusão, validando as idéias e, significando argumentos inclusivistas, priorizando ações fortalecedoras da multiculturalidade, assumindo desta forma, uma atitude democratizadora.

A lei como discurso democrático, nem sempre corresponde à prática das interações humanas, pois alguns segmentos da sociedade ainda permanecem à margem, discriminados, exigindo encaminhamentos sociais específicos, que possam lhes garantir, a justiça, os direitos e, os deveres de cidadania, deixando de serem vistas apenas como criaturas desviantes. A maior dívida que a sociedade ainda mantém com as pessoas com necessidades especiais é a falta de reconhecimento do direito à vida e, à felicidade que têm as mesmas. Geralmente, são vistas como alvo de merecimento e não de meritocracia, ou seja, são avaliadas pelas suas necessidades e, não pelas suas potencialidades e/ou possibilidades.

O reconhecimento dos direitos humanos concedeu uma nova caracterização ao processo educativo, possibilitando a convergência de princípios e práticas para a restauração do sistema escolar, desgastado com um modelo educacional separatista.

A dualidade escolar existente, distanciando educação especial da educação regular, não só discriminava como atuava como instrumento de estigmatização. Os paradigmas emergentes da contemporaneidade, indicadores de uma interculturalização como resposta às exigências da globalização, não se contentam com o parcelamento da população, como medida assertiva para a formação das novas gerações.

As mudanças de atitude, necessárias para a inclusão de alunos [...] em escolas comuns, afetarão todos os membros da comunidade educacional, as políticas educacionais, as associações de pessoas incapacitadas e os responsáveis pela formação de professores. (GONZÁLEZ, 2002, p. 118).

É a partir deste contexto que medidas afirmativas vão se consolidando, para garantir que o ambiente escolar torne-se realmente inclusivo.

Segundo Delors (2000), autenticidade da existência do homem, depende da inferência educacional que efetivamente da assimilação dos valores intermediados pela educação e, que poderão ser ativados no decorrer da sua vida, como instrumentos capazes de dotá-lo de auto-determinação no enfrentamento dos desafios do que lhe afrontarem. Assim permeando diferenças e igualdade, estará o homem renovando-se tendo a capacidade de distinguir a verdadeira trajetória na construção de um mundo de justiça, liberdade, paz e convivência respaldada na harmonia social.

Portanto, o exercício pleno da cidadania só poderá efetivar-se estando cada cidadão conectado na universalidade dos saberes historicamente construídos.

Os fundamentos axiológicos que atuam como orientadores do trabalho educativo, das pessoas com necessidades educacionais especiais, apresentam lacunas que precisam ser preenchidas, no resgate do que seriam as condições ideais de ressignificação da escola.

Assim, a escola deve integrar um processo contínuo de inovação capaz de dar melhores respostas à formação desse novo grupo de educandos que busca acessar ao conhecimento em instituições, que até então tem se negado a acolhê-los.

Ao inusitado desafio da responsabilidade em oferecer desenvolvimento escolar favorável às crianças com necessidades educacionais especiais, a escola deveria instrumentalizar-se coletivamente produzindo incentivo à mudança, baseada na reflexão crítica de sua própria função. Com o desenvolvimento de um projeto pedagógico, voltado à inclusão, estará a instituição escolar, validando seus ideais e significando atitudes da ideologia inclusivista, proferizando ações fortalecedoras da multiculturalidade.

Os conteúdos se expressam, na verdade, nos contextos. [...] das próprias organizações das relações sociais e, da necessidade da busca do viver e conviver bem, conhecendo, participando, opinando, ousando e transformando. (BRASIL, 1998, p. 95).

Apesar de manifestar dificuldade, a perspectiva da educação inclusiva converge no sentido de impulsionar o desenvolvimento sociocultural das pessoas com deficiência e reverter à exclusão. Exige uma mudança de paradigmas, sob a sinergia interativa

entre os diferentes segmentos da sociedade, com o compromisso da escola inclusiva em benefício das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Objetivamente, a educação inclusiva mobiliza ações, para a compreensão da diversidade, procura reverter as condições de discriminação excludente, rompendo com as barreiras atitudinais, na tentativa de mobilização dessa diversidade estratificada. Explicitam a importância das inter-relações na instituição educativa, para a aquisição das habilidades acadêmicas e sociais.

Professor-aluno, assim como aluno-aluno precisam interagir no contexto educacional, buscando na prática das relações, estruturar um comportamento adequado, que favoreça além do desenvolvimento de competências acadêmicas, suas experiências formadoras de: hábitos, habilidades e atitudes

É através da inclusão, que estarão sendo facilitadas as intermediações relacionais uma vez que ambas as partes, estarão sendo beneficiadas com vivências desafiadoras, adquirindo também conhecimentos diversificados e peculiares a cada indivíduo em particular, independente dele possuir necessidades especiais ou não.

O movimento é no sentido de romper com as clausuras, os guetos e criar conhecimento articulados, pois a vida é tecida em conjunto. Ela evolui, desenvolve-se no diálogo, na interatividade. Exige uma ordenação cooperativa, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, libertando-as do caráter destrutivo do preconceito, gerador de desadaptação escolar, inadequação social e rebaixamento da auto-estima.

A despeito do que determina a legislação, a inclusão não se concretiza automaticamente, trata-se de uma construção sociocultural, o reconhecimento do direito à educação de qualidade. A prática social contradiz o que determinam as políticas públicas, estabelecendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, promulgada em dezembro de 1996, que todas as crianças sejam atendidas prioritariamente no sistema regular de ensino.

Portanto, torna-se emergente, discutir e aprofundar reflexões concernentes à resignificação das relações, a partir da educação voltada para a construção da cidadania, fundamentada numa prática social coerente com os valores éticos e políticos que justificam a tendência da educação inclusiva.

Tanto a escola quanto seus educadores precisam investir em projetos coerentes com o perfil do novo alunado. A elaboração de propostas alternativas, capazes de intervir na práxis para a diversidade, torna-se uma exigência. É a partir da complexidade multicultural, decorrente da democratização do espaço escolar que a efetivação de mudanças paradigmáticas passam a exigir uma nova postura relacional da própria escola, que precisam intervir no processo educativo, priorizando a humanização do conhecimento, tornando-o acessível a todos os educandos que devem ter reconhecidas e respeitadas suas diferenças para que de forma plena, possam acessar às experiências de aprendizagem.

A escola inclusiva conclama seus educadores para a consolidação de um modelo de instituição escolar que priorize a educação de qualidade, com propostas voltadas ao reconhecimento das potencialidades da população escolar, considerando suas diferenças a fim de que participem integral e plenamente do processo educativo.

Eleger a acessibilidade como foco temático representa uma oportunidade de destacar seu papel estruturante na constituição da subjetividade das pessoas com deficiência, significa vê-la como resultado do esforço individual e social de construção de meios de

convivência e de participação na vida social em diferentes contextos, como condição indispensável para que a pessoa com a deficiência possa conquistar e assumir seu lugar de sujeito na sociedade.

A acessibilidade é ainda, estruturante para o desenvolvimento do município, no seu papel de contribuir para a garantia constitucional do direito de ir e vir e do efetivo exercício dos direitos humanos e da cidadania. A apropriação deste significado enfatiza seu caráter educacional, transformador da cultura, fomentando mudanças do comportamento da população.

O preconceito corrompe a dignidade humana e contradiz todos os valores nos quais se baseia a luta pela liberdade de ser diferente. Perrenoud (2000, p.148) evidencia: “ É antes de mais nada, para pôr os alunos em condições de aprender que é preciso lutar contra as discriminações e os preconceitos”.

Inclusão é a expressão de um tempo, cuja experiência é única na história das inter relações humanas.

A inclusão possibilitou um novo olhar sobre as pessoas com deficiência, elaborando uma reestruturação de valores, sob o conhecimento de paradigmas inovadores, a instituição de novas leis, provocando um movimento revolucionário nas instituições escolares.

Assim, o processo de inclusão constitui-se no principal subsídio para promover um exercício contínuo mantendo sempre aberto o diálogo em busca de novos conhecimentos que contribuam com a reflexão da pluralidade de conteúdos advindos da inter relação com a diversidade. Desta forma, a inclusão estabelece novas alianças com a humanização das relações.

A expectativa de se encontrar novos interlocutores torna-se fundamental alavanca para uma ação conjunta entre escola, família e sociedade, pois os diferentes grupos acreditam que um dos fatores prejudiciais à aproximação entre as pessoas é a carência de informações, ou seja, o desconhecimento do outro. Assim, torna-se imprescindível a convivência entre as pessoas com diferentes características, buscando promover não apenas a aproximação, mas principalmente para proporcionar uma convivência de qualidade. Com o diálogo interativo capaz de renovação das energias para novas experiências que envolvam a troca de conhecimentos e o necessário contato para um possível apoio permanente ou não.

Compreendemos que os compromissos que desafiam a nova tendência educacional, requer a mobilização de esforços no sentido de legitimar proposições articuladas ao processo de inclusão.

4. A DIVERSIDADE

Interagir na diversidade permite superar a exclusão social, promove efetivamente o desenvolvimento social, procurando reduzir as desigualdades sociais, bem como reverter quadros de exclusão escolar e/ou social, decorrentes do antagonismo entre igualdade e diferença. A atenção à diversidade, tem se constituído importante instrumento para reduzir as agruras do preconceito e da discriminação, tão presentes nos espaços educacionais, contrastando com sua proposta de reduzir as diferenças.

Diante disso, a sociedade tem investido esforços no sentido de estabelecer vínculos mais significativos com as pessoas com necessidades educacionais especiais. Propõe-se a inclusão, a discutir e aprofundar reflexões concernentes à resignificação das relações, tomando como referência a diversidade, a partir da educação voltada para a construção da cidadania, fundamentada numa prática social coerente com os valores éticos e políticos que justificam as tendências da educação no contexto da desigualdade do alunado.

A problemática social preocupa muito governo, igreja e sociedade, razão pela qual, devem enfrentar juntos os desafios sociais.

A diversidade como realidade imutável, também questiona enquanto é questionada. Em geral, todos os educandos tornam-se inquietos, e curiosos diante da escola que não consegue interagir com as diferenças; precisam de muito esforço para identificar o professor que muitas vezes, se mantém indiferente, infeliz e, mal resolvido, sentindo-se incapaz de interagir sabiamente diante de questões da diversidade, por mais amena que seja. Habitado a um modelo de homogeneidade, desconsidera qualquer sucesso, quando o assunto é respaldado nas diferenças, qualquer que seja o contexto.

Se no recinto da instituição escolar é esta a realidade, em seus entornos nada fica diferente, pois além da discussão em torno das pessoas com necessidades educacionais especiais, das crianças de rua, dos negros, é preciso ainda destacar a preocupação com outras minorias fora da escola, como os índios. Apesar de serem eles descendentes dos primeiros habitantes da nossa terra, antecedendo a chegada dos descobridores e colonizadores, não têm recebido o merecido respeito por sua cultura para assim poder viver com dignidade.

O respeito aos traços característicos que fundamentam a cultura afro-brasileira, tão numerosa, torna-se altamente significativo. Considerando a função da escola, que tem o objetivo forte de dar oportunidade para que as pessoas desenvolvam o próprio potencial e transformem-se em cidadãos vencedores, dos medos, dos traumas, das lutas e dos desafios que a vida lhes impõe.

A tendência inclusivista orienta no sentido do efetivo envolvimento sociocultural, possibilitando que as pessoas deficientes se constituam plenamente como cidadãos membros reais da sociedade, podendo interferir no destino da humanidade enquanto sujeito histórico e culturalmente contextualizado. Assim incorporado ao contexto social com papel e função claramente definidas, buscando identificar na alteridade, o princípio básico das relações na educação para a cidadania.

Os sonhos que povoam os ideais educacionais da diversidade, são estratificados pela liberdade de ação, integração com o processo da própria emancipação, ouvindo e sendo ouvida, tendo em vista, a acirrada luta pela conquista de uma cidadania mais solidária e humanizadora, componente substanciais para o desenvolvimento saudável.

Portanto, torna-se necessário aprofundar o tema, partindo do fato de ser a inclusão capaz de difundir a paz, a solidariedade, a e a justiça social, superando a transgressão, a vulgaridade e o descaso com os seres humanos.

A cultura da diversidade torna-se muito importante por proporcionar a todos os envolvidos, significativas interações, com a assimilação e/ou incorporação de um novo estilo de vida. A partir desta motivação, o processo de inclusão, habilita-se a revigorar

o agir coletivo da população, caracterizando o início de uma nova história aos seus diversos segmentos.

5. CONSIDERAÇÕES

Compreendendo que a abrangência deste trabalho envolverá a visão de homem e de mundo, contemplando a evolução do ser humano enquanto pessoa consciente de suas ações e da assimilação de valores histórico-sócio-culturais, acreditamos na sua valia em relação a aquisição cultural. Portanto, a educação assim compreendida estará intermediando a organização do processo de aquisição da cultura inclusivista, como instrumento facilitador da integração no desenvolvimento da cultura, na diversidade, com o objetivo de assessorar as decisões dos indivíduos, estimulando seu empoderamento crescente, numa evolução à tomada de decisões, no enfrentamento de seus desafios.

As evidências denunciam o distanciamento entre o discurso e a prática da inclusão nas instituições educacionais pois, as ações desenvolvidas são descontextualizadas da vida real. É válido enfatizar, que assim como para as demais crianças, a escolarização também para àquelas com necessidades educacionais especiais, constitui-se num componente de vital importância.

A função da escola democrática é proporcionar ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades, gerando novas expectativas. Isso implica na sua inclusão no ensino regular de forma efetiva, considerando a autêntica liberação de seus talentos, para assim, realizar uma produção densa, a fim de poder equacionar a realização de suas aspirações.

O preconceito tem um poder devastador, visto que impede a possibilidade de potencializar um diálogo promissor, capaz de intervir de forma específica num relacionamento produtivo.

Para que haja um ensino de qualidade, voltado ao atendimento à diversidade, há que se valorizar a docência, considerando o sentido da repercussão existencial de sua função, beneficiando e/ou prejudicando, inúmeras gerações com a repercussão de seu trabalho. Portanto, é de fundamental importância que se invista seriamente na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, mais especificamente, nos professores.

Assim sendo, compreende-se a urgente necessidade de uma significativa revisão dos currículos dos cursos de formação para professores, a fim de haver uma formação voltada ao atendimento de todos os alunos, com a qualidade correspondente às exigências da sociedade contemporânea, conclamada a visualizar e, não mais a ignorar a diversidade de seus cidadãos. Deste modo, o educador estará ciente que a diferença entre os demais alunos e aqueles considerados com necessidades educacionais especiais, exige um trabalho diversificado.

Cabe às instituições educacionais, constituir um eixo articulado do trabalho educativo, vislumbrando a adequação da formação profissional frente aos desafios da sociedade inclusiva. Atualmente, observa-se que apesar dos esforços, as tentativas pedagógicas apresentam-se lacunosas, imprecisas, deixando muito a desejar.

A iniciativa seria no sentido de superar a fragmentação existente entre as diferentes agências de formação, garantindo a organicidade do processo de formação dos profissionais em geral com prioridade à formação de educadores. Só assim, poderá a

sociedade, testemunhar a atuação conjunta, de profissionais capazes tanto de perceber, como de interpretar a realidade deste alunado, buscando responder de maneira eficiente às exigências que emergem do novo contingente de cidadãos que têm acessado aos diferentes níveis de ensino.

Ao agir conjugadamente as diferentes instâncias estarão, ao lado da escola, oferecendo subsídios para que a mesma atue correspondendo eficazmente, com as adaptações e/ou adequações que atendam suas especificidades. Estarão desse modo habilitadas a desconstruir o estigma da alienadora discriminação e do preconceito, que têm se constituído em barreiras impeditivas do avanço das interações no cenário escolar, dificultando o diálogo com a diversidade.

Em decorrências de seu compromisso político, social e pedagógico, compete à escola abrir-se às inovações, promovendo debates centrados em temas que oportunizem a construção e a compreensão de valores, capazes de contribuir com a transformação da prática escolar, operacionalizando mudanças na sociedade, sob a estruturação de uma nova realidade.

O conhecimento e a educação exercem distinto papel no processo de organização e formação de uma sociedade, como instrumentos formadores de ideias, geradores de concepções articuladas com os destinos da humanidade. Esta importância decorre da crescente exigência de uma sociedade em processo de constante renovação, em sua busca incessante pela causa dos ideais democráticos. Isto só será alcançado quando todo cidadão indiscriminadamente, tiverem garantido à sua subsistência, com o suprimento de: acesso à informação, ao conhecimento e, aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

O estudo permitiu aprofundar a dos resultados advindos com ações pertinentes ao favorecimento da inclusão, considerando o significativo valor do trabalho educativo, considerando os direitos de cidadania, inerentes a cada cidadão, a partir de seu nascimento. A questão da inclusão intrinsecamente relacionada à ética, introduz uma nova forma de relação, visando contribuir com a conscientização do direito à identidade da cidadania diferenciada, ou seja, a singularidade identificatória.

A democratização das oportunidades educacionais tem surpreendido as instituições educativas que não se viam responsáveis por esse grupo de educandos, por descaracterizar-se do formato a priori idealizado mas, apesar da relutância contrárias, as discussões referentes à temática não se extinguem. Ao contrário estão cada dia mais fleumáticas, com a compreensão de que o movimento da tendência inclusivista é universal e, irreversível. , pois bem sabemos que ainda se deve empenhar muito esforço para equacionar a questão da educação infantil, das crianças em geral e, das crianças com necessidades educacionais especiais, de modo particular.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília-DF, 23 dez. 1996.

Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. Cortez. São Paulo, 2000, pp. 11-32

TORRES GONZÁLES, José Antônio. Educação e Diversidade: Bases Didáticas Organizativas. Artmed: 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Sumus, 2006.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTAN, J. Gimeno; GOMEZ, A. I. Perez. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1998.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu *da*. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

STAINBACK, Suzan & STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.